

Trabalhar com os ciganos: participação e capacitação das comunidades locais

Resumo



A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estabelece direitos que são particularmente relevantes para as pessoas de origem cigana. O mais importante é o direito à não discriminação (artigo 21.º).

Apesar dos esforços desenvolvidos a nível nacional, europeu e internacional para melhorar a integração social e económica dos ciganos na União Europeia (UE), muitos ainda enfrentam uma pobreza extrema, uma exclusão social profunda e discriminação. Isto significa, frequentemente, um acesso limitado a educação, empregos e serviços de qualidade, baixos níveis de rendimento, condições de habitação precárias, saúde deficiente e esperança de vida mais baixa. Estes problemas também constituem frequentemente obstáculos intransponíveis ao exercício dos seus direitos fundamentais garantidos na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Nos últimos anos, a UE tem vindo a desenvolver cada vez mais esforços para melhorar a inclusão social dos ciganos e combater a discriminação e a hostilidade em relação aos ciganos. Um importante ponto de viragem ocorreu em abril de 2011: a Comissão Europeia — determinada a alcançar uma mudança mais tangível — introduziu o Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais de Integração dos Ciganos até 2020 ⁽¹⁾. Insta os Estados-Membros a desenvolverem estratégias nacionais específicas de integração dos ciganos ou conjuntos integrados de medidas

políticas destinadas a melhorar a inclusão dos ciganos na educação, no emprego, na habitação e na saúde. Em dezembro de 2013, o Conselho emitiu uma recomendação sobre medidas eficazes de integração dos ciganos nos Estados-Membros, apelando ao apoio à «cidadania ativa dos ciganos promovendo a sua participação social, económica, política e cultural na sociedade, incluindo a nível local» ⁽²⁾. A Comissão avalia anualmente os progressos realizados na aplicação da recomendação ⁽³⁾.

A Agência dos Direitos Fundamentais da UE participou no Grupo de Trabalho da Comissão Europeia sobre os ciganos, em 2010 e 2011, e forneceu dados estatísticos com base em inquéritos ⁽⁴⁾ sobre a situação dos ciganos. No entanto, estes dados não permitiram explicar por que razão o investimento da UE na inclusão dos ciganos não produziu os resultados esperados. Por conseguinte, a Agência desenvolveu um projeto de investigação plurianual para identificar e compreender o funcionamento dos obstáculos e os motores de um investimento bem-sucedido na inclusão dos ciganos. O projeto «Envolvimento local para a inclusão dos ciganos» foi implementado em 21 localidades em 11 Estados-Membros da UE, explorando a forma como o princípio n.º 10 dos «Princípios básicos comuns sobre a inclusão dos ciganos», relativo à participação ativa dos ciganos,

⁽¹⁾ Comissão Europeia (2011), *Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020*, COM(2011) 173 final, Bruxelas, 5 de abril de 2011.

⁽²⁾ Conselho da União Europeia (2013), *Recomendação 378/1 do Conselho, de 9 de dezembro de 2013, relativa a medidas eficazes para a integração dos ciganos nos Estados-Membros* (JO C 378 de 24.12.2013, p. 1).

⁽³⁾ Para mais informações, consultar a página Web da Comissão sobre [a integração dos ciganos nos países da UE](#).

⁽⁴⁾ FRA (2009), *EU-MIDIS — Data in focus: the Roma*, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia (Serviço das Publicações).

é respeitado e aplicado na prática ⁽⁵⁾. A investigação é igualmente necessária, uma vez que é essencial uma compreensão mais profunda dos motores e dos obstáculos aos esforços de integração a nível local, a fim de desenvolver e acompanhar a aplicação de medidas que respondam aos quadros políticos nacionais e europeus, incluindo o Quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos, a Diretiva relativa à igualdade racial e a legislação da UE de combate à discriminação.

Este projeto facilita a participação dos ciganos a nível local, melhorando a sua capacidade de participar como parceiros, em condições de maior igualdade, nas administrações locais e na sociedade civil. A sua metodologia implica a conceção, o planeamento, a implementação e o acompanhamento de uma gama diversificada de intervenções de pequena escala em vários domínios, desde a educação ao emprego, à saúde, à habitação, à cultura, etc. Estas intervenções constituíram, do ponto de vista da investigação, um instrumento essencial para a produção de dados e informações. Do ponto de vista das comunidades ciganas envolvidas, estas intervenções constituíram, em primeiro lugar, um resultado importante do projeto, uma vez que as próprias comunidades poderiam definir prioridades e implementar ações com o apoio de peritos e das autoridades locais. O desenvolvimento das atividades do projeto também contribuiu para chamar a atenção para os desafios que os ciganos, os sinti e outros grupos de romanichéis e de viajantes enfrentam diariamente, aumentando assim a sensibilização para a discriminação e para a hostilidade contra os ciganos. Um resultado direto do processo de investigação é facilitar modalidades de cooperação e de envolvimento entre as autoridades locais e as comunidades ciganas, em muitos casos quando tais interações não existiam antes. As pessoas aprenderam a expressar as suas necessidades e a trabalhar juntas para encontrar soluções conjuntas para os desafios de integração a nível local. Neste sentido, mesmo as experiências de tentativa e erro ao longo de todo o processo de investigação para assegurar a cooperação entre as autoridades locais, os ciganos e outros residentes são experiências valiosas que ajudam a compreender as complexidades e as dificuldades dos esforços de inclusão a nível local.

Os dados apurados podem ajudar a UE e os seus Estados-Membros a melhorar as suas respostas políticas, incluindo a conceção de instrumentos de financiamento, a fim de facilitar a participação significativa dos ciganos em ações destinadas a melhorar a sua inclusão social.

Os principais objetivos da investigação eram, por conseguinte:

- identificar e compreender o que funciona e o que não funciona para as medidas de inclusão dos ciganos a nível local, e porquê;
- gerar dados sobre todo o processo de esforços de integração dos ciganos a nível local, incluindo a forma como as prioridades são definidas pelas comunidades e pelas autoridades locais, a forma como as partes interessadas locais chegam a consenso, a forma exata como as pessoas participam e os papéis que desempenham;
- facilitar a participação das comunidades nos esforços de inclusão e explorar a forma como podem ser aplicados diferentes métodos de participação;
- determinar se uma maior participação dos membros da comunidade nos esforços a nível local pode conduzir a melhores resultados de integração e/ou a iniciativas a nível local mais bem concebidas.

O relatório principal trata da compreensão e exploração do processo de inclusão dos ciganos a nível local. Identifica os principais motores e obstáculos aos esforços de inclusão dos ciganos a nível local — por outras palavras, compreender o que funciona para a inclusão dos ciganos, o que não funciona e porquê. A investigação foi desenvolvida no contexto da inclusão dos ciganos, mas a sua lógica e metodologia são relevantes para além das questões que afetam as comunidades ciganas. As abordagens participativas às ações a nível local e ao desenvolvimento de estratégias têm potencial para melhorar as políticas e os projetos que tratam de outros grupos em situações vulneráveis

⁽⁵⁾ Conselho da União Europeia, Conclusões do Conselho sobre a inclusão dos ciganos. 2947.^a reunião do Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores, Luxemburgo, 8 de junho de 2009, [Common Basic Principles on Roma Inclusion — as discussed at the 1st meeting of the integrated European platform for Roma inclusion](#), abril de 2009.



(como pessoas com deficiência, crianças, sem-abrigo, migrantes e refugiados), bem como da população em geral. Estas práticas podem também ajudar a capacitar os cidadãos para reivindicarem os seus direitos e melhorarem a sua própria situação local.

O presente relatório de síntese apresenta as principais conclusões do trabalho de campo e os pareceres da FRA delas decorrentes. O relatório principal, *Trabalhar com os ciganos: Participação e capacitação das comunidades locais*, apresenta as conclusões detalhadas do trabalho de campo. Além disso, 21 estudos de localidades dos onze Estados-Membros da UE participantes, bem como vídeos e outros materiais, acompanham o relatório principal e estão disponíveis na página Web do projeto ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ Ver FRA (2018), *Working with Roma: Participation and empowerment of local communities*, Luxemburgo, Serviço das Publicações. A página Web do projeto está disponível no sítio Web da FRA.

Principais conclusões e pareceres da FRA

A investigação proporciona um acervo de conhecimentos sobre a inclusão social e a integração dos ciganos na prática. Como muitos dos estudos das localidades destacam, é possível alcançar mudanças significativas e tangíveis, as comunidades locais podem ser capacitadas e as autoridades locais podem tornar-se mais responsáveis e eficazes no trabalho de proteção e promoção dos direitos dos seus cidadãos locais. Além disso, a investigação mostra que processos participativos que capacitam os cidadãos locais para a participação em processos de tomada de decisão podem ser um instrumento importante nos processos de inclusão social. Compreender as complexidades da inclusão e exclusão social pode ajudar a contextualizar outros dados existentes e servir como um primeiro passo para resolver os problemas reais no terreno.

Promover uma participação significativa dos ciganos em atividades que os afetam

A participação é um dos «10 princípios básicos comuns sobre a inclusão dos ciganos» da União Europeia. A participação dos ciganos na conceção de projetos, estratégias e esforços de inclusão a nível local que visem apoiá-los é fundamental para o sucesso da sua implementação. As modalidades de participação podem variar em termos de profundidade e intensidade. Por exemplo, as autoridades públicas podem convidar os residentes a participar em reuniões organizadas; ou podem ser incentivados a contribuir para os processos de tomada de decisões; ou podem ser convidados a participar em ações de implementação. A investigação mostra que criar um espaço para as pessoas trabalharem juntas de maneiras significativas, aprenderem a fazer compromissos e encontrarem soluções comuns pode ser difícil. Para o facilitar, é necessário, portanto, experiência e competência.

Fazer com que as pessoas se interessem e participem nas iniciativas a nível local pode ser um desafio. Querem saber como as ações planeadas podem resolver as suas necessidades mais prementes, e a participação em projetos pode, por vezes, parecer dissociada dos seus problemas diários. Chegar a acordo sobre objetivos específicos e alcançar resultados concretos que proporcionem benefícios tangíveis às pessoas, por muito pequenos que sejam, é uma forma de assegurar a participação em projetos e outras atividades de inclusão. A resposta a necessidades básicas, como a habitação adequada, o acesso aos cuidados de saúde, à educação e ao emprego, também

pode ser importante antes de se tomarem medidas mais abstratas de desenvolvimento comunitário. A investigação conclui que, para manter o envolvimento das populações locais, é essencial estabelecer relações de confiança com as comunidades ciganas e as autoridades locais, superar os padrões de participação ritualística, resolver conflitos ou tensões crescentes e perceber que a participação não pode ser imposta pela força.



Lille — Os assistentes sociais da AFEJ participam numa reunião dos grupos de expressão junto às das casas das famílias ciganas. Os grupos de expressão permitiram que os ciganos expressassem as suas preocupações, necessidades e ideias (© FRA).

Isto é relevante porque, após anos de progressos limitados ou inexistentes na inclusão dos ciganos, muitos municípios e comunidades locais sentem-se frustrados. Poucos municípios estão dispostos ou têm capacidade para investir fortemente na mudança, e as comunidades nem sempre estão motivadas para participar ativamente. A investigação mostra que a concentração em projetos passados bem-sucedidos e a disponibilidade e abertura de algumas autoridades locais para promover ativamente a inclusão dos ciganos são condições prévias necessárias para o planeamento de novas atividades e o envolvimento genuíno dos intervenientes locais. A investigação demonstra igualmente que o desenvolvimento e a aplicação de métodos de implementação que reflitam as especificidades locais, bem como as necessidades específicas dos indivíduos envolvidos, podem melhorar os resultados dos projetos. É particularmente importante dar resposta às necessidades específicas das mulheres ciganas – dando-lhes assim um verdadeiro papel nos projetos. Por outras palavras, não existe uma solução universal para a inclusão dos ciganos.

Muitos dos membros da comunidade local nunca tinham sido questionados sobre aquilo de que necessitam e muitos estavam habituados a ser beneficiários passivos de projetos ou programas de inclusão social, a ter o papel de destinatários enquanto beneficiários de iniciativas concebidas e implementadas por intervenientes exteriores à comunidade. Na sua maioria, viam a participação como a presença numa reunião, a participação numa formação, ou num *workshop*, ou como a contratação temporária para realizarem atividades que eles não tinham desenvolvido. Devido à experiência limitada com formas de participação mais significativas, é necessário apoiar e desenvolver a capacidade dos membros da comunidade para reivindicarem o seu direito de participação ativa em projetos que lhes digam respeito e para se sentirem capacitados para expressarem as suas necessidades. Isto significa que as autoridades nacionais ou locais também devem envolver peritos que possam comunicar eficazmente com as comunidades locais.

Tudo isto aponta para a principal lição aprendida: a participação deve ser significativa. Isto significa abordar questões que correspondem às necessidades das pessoas e dar-lhes um papel real na definição e realização dos objetivos estabelecidos nas estratégias, nas políticas e nos projetos de inclusão social. As autoridades locais e outros intervenientes responsáveis pela implementação de projetos ou medidas de inclusão social devem assegurar-se de que selecionam e implementam formas de participação que evitem uma abordagem simbólica e superficial. A participação significativa e profunda também requer tempo para permitir que os participantes desenvolvam a sua comunicação e outras competências.

Parecer da FRA 1

Os Estados-Membros e, em particular, as autoridades locais, devem criar condições que facilitem a participação significativa dos ciganos nos esforços de inclusão local. As autoridades locais e quaisquer intervenientes responsáveis pela implementação de projetos ou medidas de inclusão social devem apresentar claramente os objetivos, as realizações e os resultados específicos, bem como as condições-limite de quaisquer ações de inclusão social, a fim de motivar e manter a participação dos residentes locais. Devem igualmente envidar esforços especiais para garantir que a participação não se torne um exercício superficial e simbólico. Isto significa interagir com as comunidades locais e apoiar a sua participação na tomada de decisões, de modo a refletir as suas perspetivas em matéria de estratégias, planos de ação e projetos de integração local.

Parecer da FRA 2

As autoridades locais e os responsáveis pela implementação dos projetos devem considerar os aspetos relacionados com o género para determinar os potenciais obstáculos à participação das mulheres nas atividades e preparar estratégias para os superar. A calendarização e a localização das reuniões e atividades devem ter em conta as circunstâncias específicas e as necessidades das suas comunidades. Deve igualmente ser dada atenção à forma como estas considerações podem afetar, em particular, as mulheres ou crianças ciganas, que podem ter uma disponibilidade mais limitada ou outras preocupações suscetíveis de afetar a sua capacidade de participação.

Construir relações de confiança entre as comunidades para garantir o sucesso

A confiança entre as partes interessadas (ou a sua falta) afeta a implementação dos projetos de inclusão. O desenvolvimento das relações existentes é um elemento importante no envolvimento com as comunidades locais. Sempre que as comunidades confiam nas pessoas que implementam os projetos, é mais provável que participem em atividades do projeto e partilhem abertamente os seus pensamentos e opiniões; como resultado, as intervenções acabam por conduzir a resultados mais concretos e significativos. A investigação mostra que, nos casos em que as intervenções locais não satisfazem as expectativas de responder às necessidades das pessoas, isso leva, eventualmente, a uma perda de confiança e, em última análise, a uma falta de motivação para continuar a participar.

A criação de relações de confiança e a identificação dos «principais promotores» locais que conquistaram a confiança das comunidades é um processo difícil e complexo. Nas localidades em que os peritos entram em comunidades como «pessoas estranhas» desconhecidas das comunidades locais, é necessário investir tempo e energia consideráveis na criação e no desenvolvimento de relações de confiança. Nas localidades em que os esforços de inclusão são realizados por pessoas que já inspiram confiança e se baseiam nas redes e relações de confiança existentes, podem organizar-se atividades com prazos mais curtos e o envolvimento com as pessoas pode revestir-se de formas mais profundas e participativas. A realização de mudanças tangíveis que respondam às necessidades da comunidade, bem como o trabalho transparente sobre as preocupações comuns dos ciganos e dos não

ciganos, é também essencial para que a confiança e a participação sejam sustentáveis.



Stara Zagora — Moradores dos bairros de Lozenetz discutem a sua habitação ideal e a planta de uma casa modelo, numa reunião do grupo de discussão, em fevereiro de 2016 (©FRA).

Parecer da FRA 3

Os Estados-Membros devem mobilizar os recursos nacionais e o financiamento da UE para apoiar as autoridades locais e as organizações da sociedade civil que trabalham com os ciganos na implementação de respostas concretas às necessidades a nível local. Devem apoiar abordagens participativas no seu relacionamento com os ciganos e integrar mecanismos de participação no desenvolvimento de políticas e estratégias locais. Ao fazê-lo, deverão basear-se nas redes e relações de confiança existentes; prestar atenção ao papel dos principais promotores e ao tempo necessário para estabelecer relações de confiança com as comunidades; e envolver também os não ciganos em questões de interesse comum.

Comunicar de forma transparente e acessível para gerir as expectativas

Uma comunicação adequada e adaptada no que respeita às políticas, às estratégias e aos projetos locais é vital para gerir as expectativas das populações locais e para assegurar a implementação bem-sucedida dos esforços de integração. A forma como os objetivos, métodos e limitações de um projeto são comunicados às comunidades locais é, em muitos casos, tão importante como essa informação. Por vezes, a informação que um dos lados presume ser clara e simples pode ser entendida ou interpretada de forma diferente por outros intervenientes. Tais (des)entendimentos são frequentemente atribuídos à forma como as informações fundamentais são comunicadas, tanto às comunidades como entre os elementos dessas comunidades.

A dinâmica dentro das localidades determina, em grande medida, as formas e os meios de comunicação e as mensagens transmitidas. Compreender adequadamente essa dinâmica é crucial, considerando que frequentemente muitos membros da comunidade local têm experiência e capacidade limitadas de participação. Os responsáveis pela implementação dos projetos devem assegurar que todas as informações relativas à participação das comunidades nos projetos, nas atividades de inclusão ou nas políticas e estratégias locais sejam comunicadas aos participantes de forma acessível e compreensível. Isto pode implicar a utilização de uma linguagem acessível na língua materna dos participantes, por vezes numa linguagem simples e sem termos técnicos, e com as repetições suficientes para garantir que todos compreendam, de forma homogênea e integral, o que está planeado e as atividades desenvolvidas, como e em que condições. A investigação revela ainda que a comunicação a nível pessoal é mais eficaz do que os canais de comunicação indiretos baseados em grupos, tais como boletins informativos, emissões e folhetos, quando se trata de estimular e manter a motivação das comunidades locais para participar nos esforços de inclusão.



Megara — O presidente da Câmara visita um bairro cigano durante uma reunião para explicar o processo de investigação e mobilizar as pessoas para participarem; foram frequentemente realizadas atividades de sensibilização no bairro (©FRA).

As medidas destinadas a aumentar a transparência na comunicação no que respeita à forma como as ações são implementadas e à forma como as decisões são tomadas são essenciais, a fim de gerir adequadamente as expectativas e assegurar que todos tenham um entendimento comum. Os papéis e as responsabilidades, bem como as suas limitações, devem ser cuidadosamente comunicados, a fim de evitar a perda de confiança na eventualidade de expectativas irrealistas no que respeita aos resultados dos projetos ou das políticas não serem satisfeitas.

Parecer da FRA 4

As autoridades locais e os responsáveis pela implementação dos projetos devem tomar medidas para garantir que as informações relativas aos projetos e às políticas locais sejam transparentes e claramente comunicadas de forma acessível e compreensível. Os métodos de comunicação devem ser cuidadosamente escolhidos e executados para gerir adequadamente as expectativas e apoiar a participação da população local nos projetos e noutros esforços de inclusão.

Prestar atenção às relações comunitárias para uma melhor conceção dos esforços de inclusão

A investigação revela uma série de tendências interessantes no que diz respeito às relações comunitárias que podem afetar não só a escolha das técnicas de participação e envolvimento, mas também os resultados e o sucesso das intervenções locais. As relações no seio das comunidades de ciganos, as tensões entre cidadãos ciganos e não ciganos, as relações de poder entre comunidades e autoridades locais, o papel e a disponibilidade das autoridades locais, bem como uma série de outras dinâmicas a nível local entre diferentes intervenientes, afetam os resultados dos projetos e a forma como as intervenções e estratégias locais são concebidas e implementadas. A experiência de investigação também ajuda a compreender a importância dos principais promotores, mediadores e organizações da sociedade civil para facilitar as intervenções locais.

Os «principais promotores» das comunidades locais, muitas vezes devido ao seu papel ou à sua personalidade, têm uma influência importante na implementação e no êxito das atividades locais. Podem ser fundamentais para motivar os indivíduos a participar, para criar confiança nos responsáveis pela implementação dos projetos e nas atividades dos projetos e para reforçar a credibilidade dos projetos. Quando os projetos têm em conta os principais promotores, estes podem ajudar a estabelecer o contacto com outros membros da comunidade e a envolvê-los em atividades e projetos locais.



Bolonha — Populações sinti e ciganas locais discutem as suas opiniões sobre os principais desafios à inclusão social e a falta de porta-vozes e mediadores comunitários (©FRA).

Há muitas maneiras de capacitar as pessoas. A investigação tenta capacitar as comunidades locais envolvidas, primeiro perguntando-lhes quais são as suas necessidades, informando-as dos seus direitos e sobre como reivindicar esses direitos, e apoiando-as para que se tornem agentes da mudança. Quando as pessoas têm a oportunidade de expressarem as suas opiniões em diálogo com as autoridades locais, estão mais bem preparadas para lutar pelos seus direitos, o que pode conduzir a uma maior emancipação. As autoridades locais aprendem a ouvir as necessidades e opiniões dos seus cidadãos, e os residentes locais aprendem a desenvolver expectativas mais realistas. Mais importante

ainda, a investigação mostra que a capacitação das pessoas pode ajudar a quebrar a imagem estereotipada dos ciganos como eternas vítimas e encorajá-las a assumir uma posição de igualdade na reivindicação da sua quota-parte no desenvolvimento social e no progresso. Em particular, os esforços centrados na capacitação das mulheres e dos jovens ciganos foram, em várias localidades, um elemento importante do êxito do projeto.

Parecer da FRA 5

Os Estados-Membros e as autoridades locais devem apoiar os responsáveis pela implementação dos projetos a mapear o contexto local, a dinâmica das comunidades e as relações de poder antes da conceção e implementação dos projetos. As autoridades locais devem identificar os «principais promotores» e recrutar a sua ajuda para chegar às comunidades e reforçar a credibilidade dos esforços de inclusão a nível local. As autoridades locais devem igualmente criar um espaço para que a voz de todos seja ouvida e, em particular, envidar esforços específicos para capacitar as mulheres e os jovens ciganos.

Integração de abordagens participativas e flexibilidade nos mecanismos de financiamento e na conceção dos projetos

A investigação fornece informações valiosas sobre formas de melhorar a conceção, a implementação e o acompanhamento de ações de inclusão local, identificando também as questões e os aspetos que devem ser evitados. Algumas das lições retiradas da investigação podem melhorar a utilização dos

recursos, sejam eles provenientes de orçamentos locais, de dotações de financiamento nacionais, dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outras fontes de financiamento. As abordagens participativas são particularmente importantes na implementação de projetos em localidades onde iniciativas anteriores não conseguiram chegar às pessoas a nível local nem apoiar os ciganos, e onde no passado as comunidades foram continuamente confrontadas com a desilusão. A investigação conclui que a promoção de atividades de pequena escala e de base comunitária, incluindo a promoção da sensibilização para os direitos e a interação cultural, a conceção de intervenções direcionadas para os cidadãos ciganos e não ciganos, bem como a adoção de quadros mais flexíveis e de prazos mais longos, podem conduzir a resultados significativos e alterar a situação dos ciganos a nível local. O desenvolvimento de intervenções a nível local não de forma isolada, mas no contexto mais vasto dos projetos de inclusão social dos ciganos e das comunidades em situações marginalizadas ou vulneráveis, é igualmente importante para garantir um impacto sustentável a longo prazo. Os projetos são mais bem-sucedidos quando assentam em relações de confiança e de solidariedade existentes que desenvolvem e reforçam o tecido social, no seio das comunidades e entre elas.

A investigação salienta igualmente que os projetos e as ações de integração implementados a nível comunitário nem sempre têm prazos suficientemente longos para acomodar processos de participação, estabelecimento de relações de confiança, formação e reforço das capacidades dos participantes, acompanhamento e avaliação, ou flexibilidade em termos de ajustamento do foco ou da orientação das atividades. Proporcionar mais tempo e flexibilidade para abordagens participativas e processos cíclicos que permitam rever e reajustar projetos pode também ajudar a alcançar resultados significativos a longo prazo.



Os atuais mecanismos de financiamento também tendem a centrar-se em realizações e resultados mensuráveis para determinar o sucesso dos projetos e apoiar a prestação de contas aos doadores e a outras fontes de financiamento. No entanto, nem todos os resultados significativos são mensuráveis em indicadores quantitativos. É difícil captar o importante impacto dos processos participativos e efeitos mais subtis, como a capacitação e as mudanças no tecido social das comunidades, e esse exercício está geralmente ausente da avaliação e apreciação dos projetos. O valor da aplicação de abordagens participativas corre o risco de se perder se não se refletir nos mecanismos formais de comunicação de informações sobre os projetos.



Pavlikeni — A intervenção local centrou-se em iniciativas educacionais, incluindo o apoio à participação no ensino pré-escolar (©FRA)

Parecer da FRA 6

Os Estados-Membros e as autoridades locais devem assegurar uma ligação entre os projetos a nível local e as políticas e estratégias de integração nacionais, regionais e locais mais amplas, a fim de garantir um impacto sustentável a longo prazo.

Os Estados-Membros e as autoridades locais devem assegurar que os projetos e as ações de integração implementados a nível comunitário preveem prazos suficientemente longos para permitir processos de participação, estabelecimento de relações de confiança, formação e reforço das capacidades dos participantes, acompanhamento e avaliação. Devem igualmente apoiar projetos participativos que combinem a comunicação quantitativa de resultados com uma compreensão mais holística do envolvimento e da participação. Transferir a ênfase nas realizações e nos resultados esperados para o processo de implementação pode conduzir a uma mudança mais significativa na vida das pessoas que tais projetos e atividades se destinam a ajudar.



Este relatório apresenta as principais conclusões do projeto da Agência dos Direitos Fundamentais da UE sobre o envolvimento local para a inclusão dos ciganos, que explora a melhor forma de envolver os ciganos nos esforços de integração a nível local. Reunindo as autoridades locais e os residentes, em especial os ciganos, investigou os aspetos que funcionam, os que não funcionam, e porquê. As 21 localidades em 11 Estados-Membros abrangidas pela investigação envolveram diversos contextos, necessidades e desafios locais. Mas as experiências em todas as localidades sublinharam que os recursos devem ser mais bem utilizados para trazer melhorias reais à vida dos ciganos em toda a União Europeia.

O presente relatório descreve as principais lições aprendidas durante a investigação, proporcionando uma oportunidade para melhorar a conceção, a implementação e o acompanhamento dos esforços de integração a nível local — em benefício de todos os indivíduos que ainda vivem à margem da sociedade, tanto ciganos como não ciganos.

Informações complementares:

Para aceder ao relatório completo da FRA *Trabalhar com os ciganos: participação e capacitação das comunidades locais*, ver: <http://fra.europa.eu/en/publication/2018/empowering-roma>.

Para obter mais informações sobre o projeto, incluindo estudos de caso das localidades em inglês e em idiomas nacionais, bem como vídeos de cada localidade participante e outros materiais, consulte a página do projeto na Web: <http://fra.europa.eu/en/project/2015/local-engagement-roma-inclusion-leri-multi-annual-roma-programme>.

Ver também publicações conexas da FRA:

- FRA (2018), *Transition from education to employment of young Roma in nine EU Member States*, Luxemburgo, Serviço das Publicações (disponível em inglês)
- FRA (2018), *Anti-Gypsyism as a barrier to Roma inclusion*, Luxemburgo, Serviço das Publicações (disponível em inglês)
- FRA (2016), *Segundo inquérito sobre minorias e discriminação na União Europeia (EU-MIDIS II) Roma — Conclusões selecionadas*, Luxemburgo, Serviço das Publicações (disponível em 22 línguas)

Para uma visão geral das atividades da FRA sobre os direitos dos ciganos, consulte: <http://fra.europa.eu/en/theme/roma>.



Serviço das Publicações

FRA – AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA

Schwarzenbergplatz 11 - 1040 Viena - ÁUSTRIA
Tel. +43158030-0 - Fax +43158030-699
fra.europa.eu - info@fra.europa.eu
[facebook.com/fundamentalrights](https://www.facebook.com/fundamentalrights)
[linkedin.com/company/eu-fundamental-rights-agency](https://www.linkedin.com/company/eu-fundamental-rights-agency)
twitter.com/EURightsAgency

Fotos (capa e interior, da esquerda para a direita):
© FRA-LERI_Stara_Zagora; FRA-LERI_Hrabusice; FRA-LERI_Sokolov.

A utilização ou reprodução de fotografias ou de outro material não protegido por direitos de autor da FRA deve ser autorizada diretamente pelos titulares dos direitos de autor.

Print: ISBN 978-92-9474-526-2, doi:10.2811/070999
PDF: ISBN 978-92-9474-530-9, doi:10.2811/577058